SINTET-UFU
FASUBRA

LIGEIRINHO

Edição nº 482 *Agosto de 2016*

IMPRESSO
PODE SER ABERTO PELA ECT

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia (SINTET-UFU)

NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA

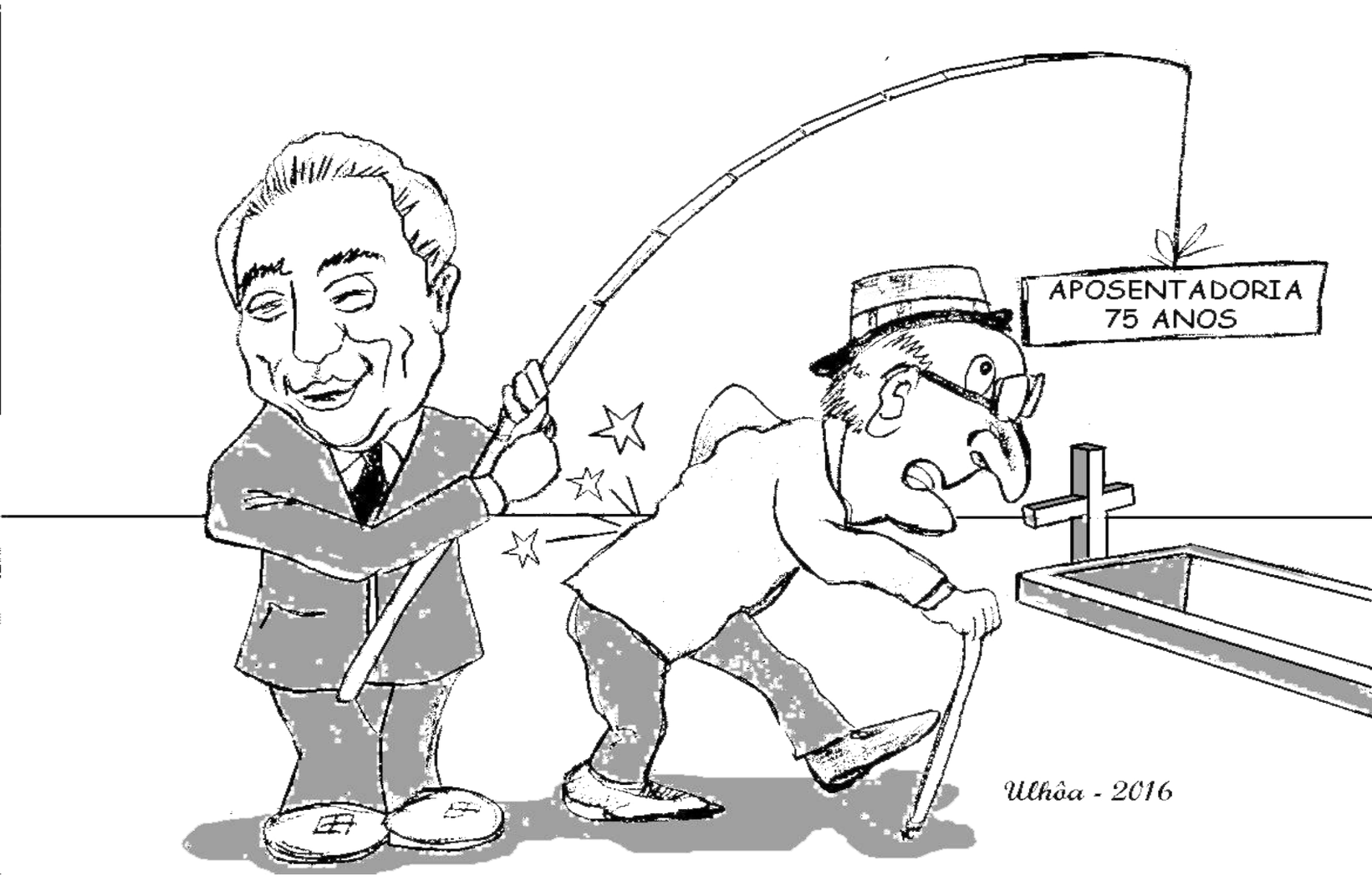


Tabela de reajustes salariais

Esclarecimentos sobre as 30 horas

EDITORIAL

RENOVAR PARA FORMAR...

Temos vivido nos últimos tempos um período de grandes questionamentos no modelo representativo que praticamos no Brasil. Sabemos que nossa democracia, ainda imatura, tem sido usada de forma irresponsável para justificar atos e decisões que ferem profundamente os direitos do cidadão.

Não há por parte da população, de modo quase geral, uma compreensão da importância de sua decisão frente às urnas. Essa imaturidade, ou pouco caso, do eleitor brasileiro na hora de escolher os seus representantes, acaba refletindo negativamente no seu dia a dia por longos quatro anos. Mas onde está o erro? Em nosso desinteresse pelo assunto ou no modelo de representação que praticamos?

As dificuldades que enfrentamos hoje é resultado de alguns fatores históricos de nossa política dos quais podemos citar: uma corrupção sistêmica que absorvemos erroneamente como inerente à política; o financiamento privado de campanhas que reflete na compra de representatividade; e o descompromisso do eleito com o eleitor e vice-versa.

Estes fatores nos impõe a necessidade de uma ampla reforma política, e que deve passar inexoravelmente pelo fim do financiamento privado de campanhas (que já está em andamento) e pela reforma do modelo terceirizado de representação.

Não basta eleger um representante apenas, temos que acompanhá-lo, estreitar o dialogo, temos que cobrá-los de suas decisões, precisamos disciplinar a classe política. Mas de que forma podemos fazer isso?

Algumas mudanças em nossa postura como eleitores podem refletir na transformação da política no país. Entre elas indicamos: melhorar nosso interesse pelos fatos e fazeres políticos dos nossos representantes. Precisamos vencer este estigma de que política não é assunto de interesse do cidadão comum. Precisamos instruir as pessoas de que a sua responsabilidade não termina com o simples apertar de um botão na urna.

Outra forma de mudarmos esse cenário é enviarmos um recado direto aos políticos pelo voto renovador. A medida é simples: nenhum político que representa os interesses privados deve ser agraciado com o nosso voto.

A palavra de ordem é RENOVAÇÃO. Os resultados virão a médio e longo prazo e serão consistentes. Uma ampla renovação nas representações, significará uma evolução considerável na responsabilidade de quem representa. A política só vai atender aos interesses das comunidades se colocada a serviço da mesma.

Este ano é propício para começarmos a mudar o nosso comportamento, pois temos eleições em várias instâncias. Reflitamos sobre isso, é hora de reformarmos a velha política e demitir os velhos políticos, sejam nas instâncias nacional, estadual, municipal.

Coordenação Colegiada - SINTET-UFU

EXPEDIENTE

LIGEIRINHO É O JORNAL INFORMATIVO DO SINTET-UFU.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SEUS FILIADOS.
TIRAGEM: 3.000 EXEMPLARES.
REDAÇÃO: RUA SALVADOR, 995
B. APARECIDA - UBERLÂNDIA - MG.
FONE/FAX: 0 XX (34) 3214-1649
E-MAIL: SINTETUFU@SINTETUFU.ORG
HOME PAGE: WWW.SINTETUFU.ORG

COORDENAÇÃO COLEGIADA - GESTÃO 2016-2018

COORDENAÇÃO GERAL
CELESTE FRANCISCA DA SILVA
MÁRIO COSTA DE P. GUIMARÃES JÚNIOR
ROBSON LUIZ CARNEIRO

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LÁZARO ANTÔNIO DE ALMEIDA SILVA
LÁZARO MANOEL RODRIGUES

COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO E RELAÇÕES SINDICAIS
STÊNIO ALVES
VALDEMIRO PAULINO DE LIMA

COORDENAÇÃO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO
MARIA CRISTINA SAGÁRIO
RODRIGO SOARES PORTO

COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS DAS FUNDAÇÕES
FERNANDA ROSA DOS SANTOS
PEDRO GOMES DA SILVA

COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS DE APOSENTADOS
ELIZETE MENDES ROSA
MARIA LAUDEMIRA DA SILVA REZENDE

COORDENAÇÃO DE ESPORTE, CULTURA E LAZER
FRANCISCO CASSIMIRO
OSVALDO RODRIGUES SILVA

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS ANTIRRACISMO
MARIA AUXILIADORA GOMES DA CRUZ
MARIA JOSÉ NASCIMENTO FABIANO

COORDENAÇÃO DE AS. JURÍDICOS E RELAÇÃO DE TRABALHO
CARLOS DÊNIS PEREIRA
CLÁUDIA REGINA PEREIRA

COORDENADORES SUPLENTES
ARISTIDES VALDIVINO DE PAULA
ARIOSVALDO PEREIRA DE LIMA
CLEIDE MARIA DE JESUS
LÁZARO ANTÔNIO DE ALMEIDA

CONSELHO FISCAL
EFETIVOS : JOÃO FERNANDES DA SILVA
MARLÚCIA MOURA DE OLIVEIRA
RAFAEL MACIEL REIS
SUPLENTES:DANIEL CURY
ROSEMARY BORGES
GENONCIONE BARBOSA DA CUNHA

JORNALISTAS
GUILHERME GONÇALVES
MTB 19666/MG

RAISSA DANTAS DE SOUSA
MTB 20058/MG

DIAGRAMAÇÃO: GUILHERME GONÇALVES
REVISÃO: RAISSA DANTAS

Aposentados visitam Museu das Telecomunicações

Por Guilherme Gonçalves

Os aposentados, aposentadas e pensionistas do SINTET-UFU visitaram o Museu das Telecomunicações da Algar Telecom localizado na sede da Algar Holding, no bairro Granja Marileusa em Uberlândia, em 21 de julho. O grupo foi acompanhado pela jornalista Adriana Sousa, uma das responsáveis pela montagem da exposição e foi mais uma iniciativa da Coordenação de Assuntos de Aposentados, representada pelas coordenadoras Elizete Mendes Rosa e Maria Laudemira da Silva Rezende.

A visita começou pelo auditório anexo a exposição, onde Adriana Sousa fez um breve relato sobre o projeto. "A exposição surgiu no final da década de 90 a partir de documentos encontrados na sede da CTBC", afirmou a jornalista. Sousa ainda contou que após apuração dos documentos foram feitas entrevistas com antigos funcionários do grupo Algar que contaram um pouco da evolução das telecomunicações no triângulo mineiro e o desenvolvimento da cidade de Uberlândia.

Após todo o trabalho de pesquisa foi feita a montagem do acervo físico. Nele é possível ver a evolução dos jornais impressos desde a criação do primeiro exemplar do triângulo mineiro, ainda no século XIX, a evolução do rádio, da televisão e da telefonia. O acervo do museu conta ainda com câmeras filmadoras utilizadas ao longo das décadas, telégrafos, rádios, telefones públicos e celulares.

O SINTET-UFU e os visitantes agradecem ao grupo Algar pela oportunidade de conhecer um pouco mais da história de Uberlândia com acervo tão rico e a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), por disponibilizar o transporte para o passeio. Agradecem também Adriana Sousa pela recepção e atenção na apresentação da exposição.

Guilherme Gonçalves



Aposentados viram como foi a evolução dos meios de comunicação

Agradecimento

A Coordenação de Assuntos de Aposentados do SINTET-UFU agradece aos colegas da Prefeitura Universitária: Antônio, Caixeta, Ferdinando, Gaspar e Wander que colaboraram na execução do planejamento de visitas programado para os aposentados, aposentadas e pensionistas durante o primeiro semestre de 2016. A Coordenação espera também que a parceria continue em projetos futuros.

O que temos a temer

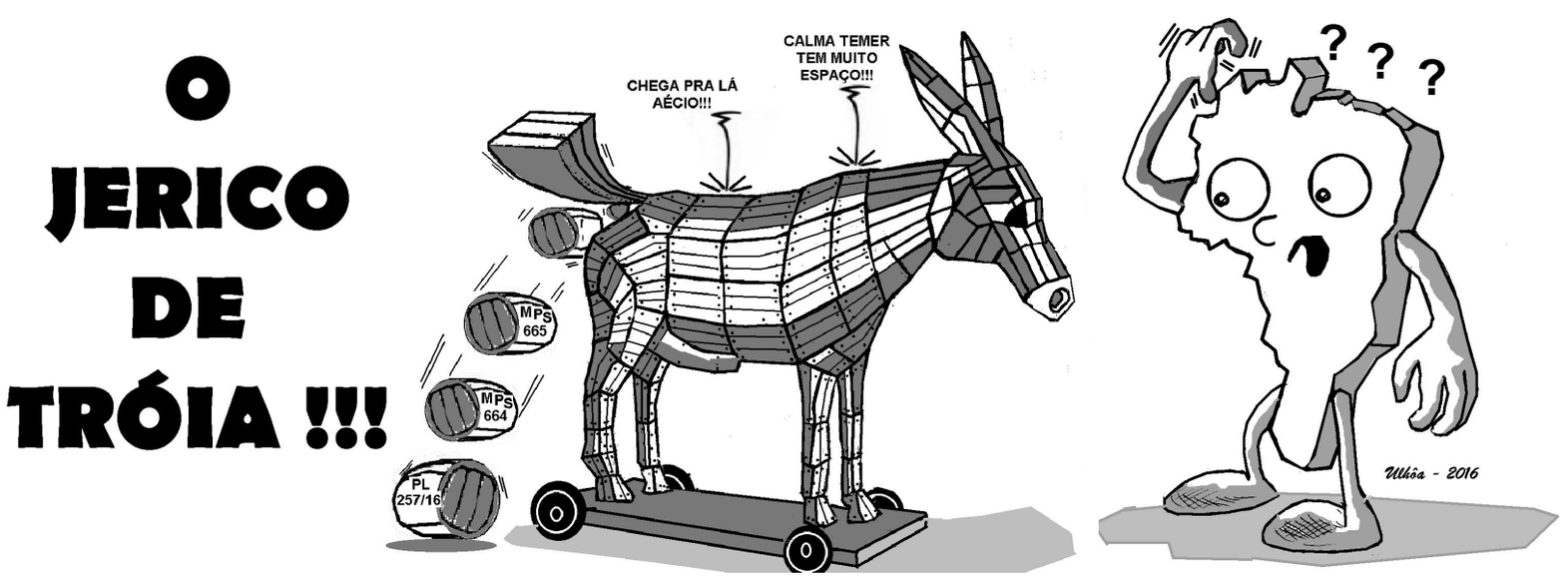
Da Coordenação Colegiada

Conta-nos a lenda que, após nove anos de penoso cerco à cidade de Troia, a cidade ainda se mantinha invencível. Diante deste fato, os gregos tiveram a ideia de construírem um grande cavalo de madeira e dá-lo de presente aos troianos. Esta ação, tomada pelos troianos como um símbolo de vitória, fez com que aceitassem o presente e o carregassem para dentro de suas muralhas fortificadas. Contudo, sem que imaginassem, dentro do cavalo se escondiam inimigos que, na calada da noite, deixaram o esconderijo e ao dominarem os sentinelas, possibilitaram a entrada do exercito grego que, finalmente, conseguiram vencer aquela guerra.

Esta lenda serve para ilustrar situações que aparentemente indicam uma boa ação, mas que no fundo não passam de um "presente de grego".

No Brasil, mediados pela insatisfação com o Governo Dilma, uma significativa parcela da população vai às ruas com o grito de "Fora Dilma", grito este que foi reproduzido e destacado com grande ênfase pela mídia nacional. Todos os dias, o noticiário é bombardeado de notícias deprimentes sobre a corrupção no Brasil, sobre o desvio de dinheiro e sobre a crise pela política-econômica-social que o país vivenciava. Por esta razão, a indignação tornou-se uma crescente entre as pessoas. Além disso, aparentemente, o judiciário nunca trabalhou tanto neste país para que a justiça fosse feita e para que a punição dos culpados viesse a acontecer.

As classes trabalhadoras ouviram durante a campanha eleitoral da candidata à presidência da República Dilma Rousseff a afirmação de que seu mandato não retiraria direitos sociais "Nem que a vaca tussa". Porém, o que se viu foi uma aparente amnésia por parte da mesma ao ser eleita presidente, quando ela anunciou várias medidas que iam na contra mão de suas promessas. Pois bem, inicialmente seu governo, através das medidas provisórias (MPs) 664 e 665, alterou as regras da concessão de benefícios previdenciários e trabalhistas alterando regras da Previdência Social, aumentou o rigor para a concessão do abono salarial, do seguro-desemprego, do seguro-defeso dos pescadores artesanais, da pensão por morte e do auxílio-doença. E além destes, mais recentemente para nós, trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal, viram "como um fantasma a nos assombrar" o PLP 257/16 que representa muito mais o interesse das classes dominantes do que os interesses dos trabalhadores. E assim, ao se desconectar



com o governo Temer?

da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, a presidente Dilma abriu brechas para acusações que possibilitaram uma manobra política infundada e oportunista que culminaram em seu *impeachment*. Com o seu afastamento, um governo ilegítimo e golpista de Michel Temer toma posse, propondo ser uma solução para os problemas pelos quais o Brasil vinha passando. Mas será que realmente ele e o seu Governo são a solução para os problemas que enfrentamos? Ou será este um "cavalo de troia"? O que temos a Temer com o Governo Temer?

O Governo de Temer que já anuncia reformas à previdência pública e aos direitos trabalhistas que em nada vão beneficiar a população brasileira.

Temer está mobilizando o Congresso Nacional para aprovar a PEC 241/2016 que atualiza o PLP 257/2016, desobrigando a constituição a investir no serviço público federal, em especial nas áreas da saúde e educação.

Se hoje já vivemos uma grave crise financeira nessas áreas, o futuro que nos espera com a aprovação do PLP 257/2016 e da PEC 241/2016 é bastante tenebroso, sem perspectivas em melhoras no necessário oferecimento de saúde pública e educação pública para as trabalhadoras e trabalhadores.

Não podemos perder no horizonte da história o fato de que o PLP 257 era uma proposta do fragilizado governo Dilma, que, na expectativa de se manter forte, lançou este projeto com vistas a agradar uma parcela específica da sociedade: os grandes empresários, os banqueiros e a elite brasileira. No entanto, contrariando a idéia de que "nada está tão ruim que não possa ser piorado", o Governo Temer, que se apresentou como solução a partir do processo do *impeachment*, conseguiu aprofundar as ameaças contidas no PLP 257, lançando a PEC 241.

A PEC 241 promove uma alteração na Constituição que desobriga o Estado Brasileiro de investir nas necessidades mais básicas da sociedade: educação, saúde e moradia.

Por outro caminho, mas com a mesma gravidade, o Governo Temer nos aponta para uma reforma da Previdência que coloca brasileiros e brasileiras de baixa renda, e sem muitas condições vida, numa situação de inviabilidade financeira para a manutenção da vida em um momento de maior fragilidade: na sua velhice.

O argumento é de que a Previdência é deficitária. Mas a pergunta é: existe mesmo déficit na previdência? Ou o que sempre existiu foram desvios dos recursos da previdência para outras áreas, considerando que, originalmente, estes recursos foram criados para atender justamente a aposentadoria do trabalhador e dar condições ao cidadão no momento da vida em que já não pode mais trabalhar?

De acordo com dados da própria Previdência, se os seus recursos forem utilizados para os fins para os quais ela foi criada, a Previdência hoje apresenta um superávit em suas contas se considerarmos que empresários, clubes de futebol, governos federal, estaduais e municipais, devem mais de 600 bilhões de reais à previdência. Recursos estes já inscritos na dívida ativa, sem perspectiva de pagamentos.

Ora, como pode um instituto com um valor tão alto de crédito (perdido) pode ser considerado deficitário? São argumentos que se perdem em uma análise aprofundada do assunto e a conclusão é a seguinte: a Previdência vem sustentando governos e empresários há muito tempo, e o seu "prejuízo" não pode ser imputado àquele que a sustentou honestamente desde a sua criação: o trabalhador, cuja contribuição é descontada direta no seu contracheque.

A coordenação colegiada do SINTET-UFU teme por um futuro difícil e alerta a categoria a respeito dos riscos que correm com estas medidas. Além disso, não temos tempo a perder! É preciso nos mobilizar e fortalecer a nossa luta para construir o futuro que desejamos!

Debate sobre Centrais Sindicais

Por Raissa Dantas

Raissa Dantas



O SINTET-UFU reafirmou seu compromisso com o diálogo em prol da reorganização no movimento sindical

Na tarde de 27 de julho aconteceu à mesa-debate sobre o tema "As Centrais Sindicais e a Conjuntura Nacional" no anfiteatro A do bloco 5O da UFU, campus Santa Mônica. A atividade lotou o espaço, contando com a presença de mais de uma centena de sindicalizados, técnicos administrativos em educação, trabalhadores e trabalhadoras de Uberlândia e região, além de jovens do movimento estudantil, todos em apoio ao debate necessário sobre a conjuntura nacional que vivemos e em como a classe trabalhadora, representada pelas Centrais Sindicais, tem se colocado nesse contexto.

O debate teve representações das entidades: CSP-Conlutas, que enviou Gilberto Cunha; CTB, que enviou Marcos Genaro; CUT, que não enviou coordenador, mas foi representada por Paulo Henrique Rodrigues dos Santos e, ainda, SINTET-UFU, com Mário Guimarães Júnior. A conversa se deu amparada nas reflexões sobre a reorganização sindical, a fragmentação dos distintos trabalhadores, visto a complexidade do mundo do trabalho atual, além da importância do instrumento das Centrais na perspectiva de retomar o sentimento e identidade de classe frente a uma conjuntura de rupturas e fragilidade.

Mário Júnior, coordenador geral do SINTET-UFU, levantou a importante questão do "para que serve uma Central Sindical?", trazendo a problematização sobre a dinâmica particular que o capitalismo contemporâneo imprimiu no mundo do trabalho, em que o

é iniciado entre os TAE's da UFU

trabalho formal e o trabalho informal travam uma batalha que gera fragilidades na classe trabalhadora, além de ser prejudicial ao movimento sindical. Ele coloca que no contexto atual as Centrais Sindicais se atêm aos trabalhadores formais, em postos "clássicos", e que numa conjuntura de precarização do trabalho, em que talvez a maior parte dos trabalhares - numericamente falando - estejam na informalidade, estes são desassistidos e não representados pelas centrais, enfraquecendo a luta da classe trabalhadora.

Após apresentação das distintas análises e perspectivas de cada Central Sindical, além do SINTET-UFU, abriu-se para discussão com o público presente, que se inscreveu em peso para dar continuidade no debate. Foram muitas inscrições e os presentes contribuíram em muito sobre o assunto, que é de urgente e necessária reflexão, especialmente formulada de maneira coletiva.

A coordenação colegiada do SINTET-UFU reafirmou a posição defendida em sua carta programa, que defende a desfiliação do sindicato à CUT, e apresentou que este é um momento inicial num debate que deve ser extenso, profundo e frutífero entre os Técnicos Administrativos em Educação (TAE'S) da UFU. Outros espaços como o ocorrido em 27 de julho acontecerão no sentido de dar condições para que, no futuro próximo, seguindo o estatuto do SINTET-UFU em seu artigo 4º, uma Assembleia Geral seja convocada e, com representação de dois terços dos sindicalizados, seja votada a desfiliação do sindicato à CUT.

Raissa Dantas



As contribuições do público tiveram fundamental importância na construção deste primeiro debate sobre o tema

União para salvarmos o HC

Por Guilherme Gonçalves

É de conhecimento geral que o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU) passa pela maior crise desde a sua fundação em 26 de agosto de 1970. A partir do dia 13 de junho não tem recebido novos pacientes. De acordo com sua administração a medida foi tomada para priorizar os pacientes que já estavam e ainda estão internados na unidade, e as atividades de seus funcionários e funcionárias.

O HC-UFU é referência para Uberlândia e mais 16 cidades da região e seu fechamento para novos atendimentos impacta diretamente milhares de pessoas que são atendidas mensalmente na unidade que atende 100% pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo a administração do hospital o governo ainda não repassou 16 milhões de reais que deveria ter repassado o que complica e muito o andamento mínimo das atividades. Ainda de acordo com os diretores do HC faltam medicamentos, insumos e manutenção em equipamentos, diminuindo a qualidade do atendimento, e impedindo que novos pacientes sejam acolhidos.

Preocupado com tal situação, o SINTET-UFU promoveu no último dia seis de julho como atividade do Dia Nacional de Paralisação dos Técnicos-Administrativos em Educação, um debate sobre a situação do Hospital de Clínicas. Na ocasião a ex-Conselheira Municipal de Saúde de Uberlândia, Cleiciane Wellighta falou sobre esse assunto tão delicado ao mesmo tempo em que cobrou pressão da população para que tudo seja resolvido. "Fui conselheira municipal de saúde e precisamos discutir muito a questão da saúde pública, principalmente em Uberlândia. Não há explicação para tanto dinheiro ser investido periodicamente no HC e ele ainda estar com déficit", disse a ex-conselheira.

No mesmo evento o Coordenador Geral do SINTET-UFU, Robson Luiz Carneiro seguiu a mesma linha da convidada e defendeu o posicionamento de toda a Coordenação Colegiada do sindicato. "Precisamos exigir sim auditoria de tudo o que acontece no HC. Muitos trabalhadores do próprio hospital não fazem ideia da situação dele e enquanto isso a população sofre".

Infelizmente o SUS não é tratado com o respeito que deveria, pois suas unidades estão cada vez mais lotadas, sem médicos e demais funcionários, possuem equipamentos sucateados, sem leitos suficientes, com falta de remédios e insumos. Além disso, as políticas que os governos tentam implementar caminham sempre para a terceirização e privatização da saúde, o que sem dúvida alguma precarizará ainda mais o atendimento, sem contar milhões de pessoas que sofrerão por não poder pagar convênios e atendimentos.

Em Uberlândia a situação não será diferente, por isso, as entidades de classe e os movimentos sociais precisam se juntar a população e defender o SUS. Com união de todos e todas, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) não teve êxito em sua investida e não conseguiu a assinatura de contrato com o Hospital de Clínicas da UFU. Essa foi uma importante vitória para a população uberlandense, entretanto, muitas são as ameaças que assombram o sistema de saúde brasileiro. Vamos continuar atentos. A luta não terminou, ainda precisamos batalhar, e muito.



Guilherme Gonçalves

Em dia de paralisação, entidades se uniram para defender o SUS.

RU a luta continua

Por Guilherme Gonçalves

No começo do ano de 2016, muitos trabalhadores e trabalhadoras foram pegos de surpresa com o aumento no valor do ticket refeição do Restaurante Universitário (RU), de R$ 3,00 para R$ 7,50. Servidores e servidoras, aposentados(as) e pensionistas pagaram o mesmo valor que estudantes desde a inauguração do restaurante na década de 90, assim, além de abusivo, o aumento foi injusto com quem construiu e ainda constrói a Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Como é marca da atual gestão do SINTET-UFU – É hora de mudar! – a Coordenação Colegiada entrou em contato com a administração superior da UFU para buscar o diálogo e uma solução para a situação. Dessa forma, foi feito um debate no dia 28 de janeiro com a presença do Magnífico Reitor, professor Elmiro Santos Resende e do Diretor de Assuntos Estudantis, Leonardo Barbosa e Silva.

Na oportunidade os representantes da administração universitária defenderam o reajuste, pois os trabalhadores e trabalhadoras ao pagarem apenas R$ 3,00 por refeição seriam subsidiados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que como o próprio nome já diz é voltado apenas para discentes.



Em momento algum a Coordenação Colegiada defendeu que a universidade deve utilizar os recursos do PNAES para subsidiar os servidores e servidoras. O que o sindicato buscou foi uma alternativa para que nada seja alterado e que o subsídio não saia do PNAES, uma vez que o valor do ticket refeição foi igualitário durante anos.

Ainda em janeiro o SINTET-UFU protocolou ofício entrando com recurso para tentar a revogação da medida. Infelizmente o reajuste está mantido desde então, mas a discussão passou a ser feita no Conselho Universitário (CONSUN) desde fevereiro. No último dia 29 de julho o assunto teria encaminhamentos votados no conselho em questão, porém, por falta de quórum a reunião foi cancelada. Assim, o ponto de pauta que trata do reajuste foi transferido para a próxima reunião ordinária do CONSUN.

A luta continua e os esforços não serão medidos para que os trabalhadores e trabalhadoras que construíram e ainda constroem a Universidade Federal de Uberlândia tenham acesso a alimentação de qualidade. O SINTET-UFU conta com o apoio e mobilização de toda a categoria, pois os serviços públicos devem ser acessíveis também para os servidores e servidoras e que é dever do Estado garanti-lo.

Tabela atualizada com reaj

Atenção servidores e servidoras UFU, estamos disponibilizando a tabela atualizada com os reajustes a serem aplicados ao salário referente ao mês de Agosto/2016.

Ressaltamos, no entanto, que apesar do reajuste ter sido aprovado no Congresso, ele foi enviado ao Presidente interino Michel Temer para a decisão final.

O Presidente por sua vez tem a prerrogativa de SANCIONAR (aprovar) ou VETAR (não aprovar),

Tabela do PCCTAE Vigente em 2015 ATÉ JULHO 2016

NÍVEIS			A				B				C				D				E			
Classes Capacitação		VB	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Piso A	P01	1.197,67	1																			
	P02	1.243,18	2	1																		
	P03	1.290,42	3	2	1																	
	P04	1.339,46	4	3	2	1																
	P05	1.390,36	5	4	3	2																
Piso B	P06	1.443,19	6	5	4	3	1															
	P07	1.498,03	7	6	5	4	2	1														
	P08	1.554,96	8	7	6	5	3	2	1													
	P09	1.614,05	9	8	7	6	4	3	2	1												
	P10	1.675,38	10	9	8	7	5	4	3	2												
Piso C	P11	1.739,04	11	10	9	8	6	5	4	3	1											
	P12	1.805,13	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1										
	P13	1.873,72	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1									
	P14	1.944,92	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1								
	P15	2.018,83	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2								
	P16	2.095,55	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3								
Piso D	P17	2.175,18		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	1							
	P18	2.257,83			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	2	1						
Teto A	P19	2.343,63				16	14	13	12	11	9	8	7	6	3	2	1					
	P20	2.432,69					15	14	13	12	10	9	8	7	4	3	2	1				
	P21	2.525,13					16	15	14	13	11	10	9	8	5	4	3	2				
	P22	2.621,09						16	15	14	12	11	10	9	6	5	4	3				
	P23	2.720,69							16	15	13	12	11	10	7	6	5	4				
Teto B	P24	2.824,08								16	14	13	12	11	8	7	6	5				
	P25	2.931,39									15	14	13	12	9	8	7	6				
	P26	3.042,78									16	15	14	13	10	9	8	7				
	P27	3.158,41										16	15	14	11	10	9	8				
	P28	3.278,43											16	15	12	11	10	9				
Teto C	P29	3.403,01												16	13	12	11	10				
	P30	3.532,32													14	13	12	11				
Piso E	P31	3.666,55													15	14	13	12	1			
	P32	3.805,88													16	15	14	13	2	1		
	P33	3.950,50														16	15	14	3	2	1	
	P34	4.100,62															16	15	4	3	2	1
Teto D	P35	4.256,45																16	5	4	3	2
	P36	4.418,19																	6	5	4	3
	P37	4.586,08																	7	6	5	4
	P38	4.760,35																	8	7	6	5
	P39	4.941,25																	9	8	7	6
	P40	5.129,01																	10	9	8	7
	P41	5.323,92																	11	10	9	8
	P42	5.526,23																	12	11	10	9
	P43	5.736,22																	13	12	11	10
	P44	5.954,20																	14	13	12	11
	P45	6.180,46																	15	14	13	12
	P46	6.415,32																	16	15	14	13
	P47	6.659,10																		16	15	14
	P48	6.912,14																			16	15
Teto E	P49	7.174,81																				16

Índice negociado a ser aplicado em Agosto/2016	Step
5,5	3,8

Novos Valores em 2016 após aplicação do reajuste Comparado aos valores atuais (2015)

NÍVEIS			Valorização em:	
Classes Capacitação		VB	R$	%
Piso A	P01	1.263,54	65,87	5,50%
	P02	1.311,56	68,37	5,50%
	P03	1.361,40	70,97	5,50%
	P04	1.413,13	73,67	5,50%
	P05	1.466,83	76,47	5,50%
Piso B	P06	1.522,57	79,38	5,50%
	P07	1.580,42	82,39	5,50%
	P08	1.640,48	85,52	5,50%
	P09	1.702,82	88,77	5,50%
	P10	1.767,53	92,15	5,50%
Piso C	P11	1.834,69	95,65	5,50%
	P12	1.904,41	99,28	5,50%
	P13	1.976,78	103,05	5,50%
	P14	2.051,90	106,97	5,50%
	P15	2.129,87	111,04	5,50%
	P16	2.210,80	115,26	5,50%
Piso D	P17	2.294,81	119,63	5,50%
	P18	2.382,02	124,18	5,50%
Teto A	P19	2.472,53	128,90	5,50%
	P20	2.566,49	133,80	5,50%
	P21	2.664,02	138,88	5,50%
	P22	2.765,25	144,16	5,50%
	P23	2.870,33	149,64	5,50%
Teto B	P24	2.979,40	155,32	5,50%
	P25	3.092,62	161,23	5,50%
	P26	3.210,14	167,35	5,50%
	P27	3.332,12	173,71	5,50%
	P28	3.458,74	180,31	5,50%
Teto C	P29	3.590,17	187,17	5,50%
	P30	3.726,60	194,28	5,50%
Piso E	P31	3.868,21	201,66	5,50%
	P32	4.015,20	209,32	5,50%
	P33	4.167,78	217,28	5,50%
	P34	4.326,16	225,53	5,50%
Teto D	P35	4.490,55	234,10	5,50%
	P36	4.661,19	243,00	5,50%
	P37	4.838,32	252,23	5,50%
	P38	5.022,17	261,82	5,50%
	P39	5.213,02	271,77	5,50%
	P40	5.411,11	282,10	5,50%
	P41	5.616,73	292,82	5,50%
	P42	5.830,17	303,94	5,50%
	P43	6.051,72	315,49	5,50%
	P44	6.281,68	327,48	5,50%
	P45	6.520,38	339,93	5,50%
	P46	6.768,16	352,84	5,50%
	P47	7.025,35	366,25	5,50%
	P48	7.292,31	380,17	5,50%
Teto E	P49	7.569,42	394,61	5,50%

ustes para agosto de 2016

portanto, embora a perspectiva seja de APROVAÇÃO, ainda não é possível afirmar, com certeza, que o processo está concluído.

Fiquemos atentos às movimentações do Governo, para não sermos surpreendidos negativamente.

A tabela completa, incluído o reajuste referente a janeiro de 2017 pode ser acessada no site do sindicato, *www.sintetufu.org*

VALORES COM APLICAÇÃO DO INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO - 2015/2016

UNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		NÍVEL TÉCNICO		GRADUAÇÃO		ESPECIALIZAÇÃO		MESTRADO		DOUTORADO	
2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
317,44	1.389,90	1.377,32	1.453,07	1.437,20	1.516,25	1.497,09	1.579,43	1.556,97	1.642,60	1.820,46	1.920,58	2.095,92	2.211,20
367,50	1.442,71	1.429,66	1.508,29	1.491,82	1.573,87	1.553,98	1.639,45	1.616,14	1.705,02	1.889,64	1.993,57	2.175,57	2.295,22
419,46	1.497,54	1.483,99	1.565,60	1.548,51	1.633,67	1.613,03	1.701,74	1.677,55	1.769,81	1.961,44	2.069,32	2.258,24	2.382,44
473,40	1.554,44	1.540,38	1.625,10	1.607,35	1.695,75	1.674,32	1.766,41	1.741,30	1.837,07	2.035,98	2.147,96	2.344,05	2.472,98
529,39	1.613,51	1.598,91	1.686,85	1.668,43	1.760,19	1.737,95	1.833,53	1.807,47	1.906,88	2.113,34	2.229,58	2.433,13	2.566,95
587,51	1.674,82	1.659,67	1.750,95	1.731,83	1.827,08	1.803,99	1.903,21	1.876,15	1.979,34	2.193,65	2.314,30	2.525,58	2.664,49
647,84	1.738,47	1.722,74	1.817,49	1.797,64	1.896,51	1.872,54	1.975,53	1.947,44	2.054,55	2.277,01	2.402,25	2.621,56	2.765,74
710,45	1.804,53	1.788,20	1.886,55	1.865,95	1.968,58	1.943,70	2.050,60	2.021,45	2.132,62	2.363,54	2.493,53	2.721,18	2.870,84
775,45	1.873,10	1.856,15	1.958,24	1.936,86	2.043,38	2.017,56	2.128,52	2.098,26	2.213,66	2.453,35	2.588,28	2.824,58	2.979,93
842,92	1.944,28	1.926,69	2.032,65	2.010,46	2.121,03	2.094,23	2.209,41	2.177,99	2.297,78	2.546,58	2.686,64	2.931,92	3.093,17
912,95	2.018,16	1.999,90	2.109,90	2.086,85	2.201,63	2.173,81	2.293,36	2.260,76	2.385,10	2.643,35	2.788,73	3.043,33	3.210,71
985,64	2.094,85	2.075,90	2.190,07	2.166,15	2.285,29	2.256,41	2.380,51	2.346,67	2.475,73	2.743,79	2.894,70	3.158,97	3.332,72
061,10	2.174,46	2.154,78	2.273,29	2.248,47	2.372,13	2.342,15	2.470,97	2.435,84	2.569,81	2.848,06	3.004,70	3.279,02	3.459,36
139,42	2.257,08	2.236,66	2.359,68	2.333,91	2.462,27	2.431,16	2.564,87	2.528,40	2.667,46	2.956,29	3.118,88	3.403,62	3.590,82
220,71	2.342,85	2.321,66	2.449,35	2.422,60	2.555,84	2.523,54	2.662,33	2.624,48	2.768,83	3.068,62	3.237,40	3.532,96	3.727,27
305,10	2.431,88	2.409,88	2.542,42	2.514,66	2.652,96	2.619,43	2.763,50	2.724,21	2.874,04	3.185,23	3.360,42	3.667,21	3.868,90
392,70	2.524,29	2.501,45	2.639,03	2.610,21	2.753,78	2.718,97	2.868,52	2.827,73	2.983,26	3.306,27	3.488,12	3.806,56	4.015,92
483,62	2.620,22	2.596,51	2.739,32	2.709,40	2.858,42	2.822,29	2.977,52	2.935,19	3.096,62	3.431,91	3.620,66	3.951,21	4.168,53
578,00	2.719,79	2.695,18	2.843,41	2.812,36	2.967,04	2.929,54	3.090,67	3.046,72	3.214,29	3.562,32	3.758,25	4.101,36	4.326,93
675,96	2.823,14	2.797,59	2.951,46	2.919,23	3.079,79	3.040,86	3.208,11	3.162,50	3.336,44	3.697,69	3.901,06	4.257,21	4.491,36
777,65	2.930,42	2.903,90	3.063,62	3.030,16	3.196,82	3.156,42	3.330,02	3.282,67	3.463,22	3.838,20	4.049,30	4.418,98	4.662,03
883,20	3.041,77	3.014,25	3.180,03	3.145,31	3.318,30	3.276,36	3.456,56	3.407,41	3.594,82	3.984,05	4.203,18	4.586,90	4.839,18
992,76	3.157,36	3.128,79	3.300,88	3.264,83	3.444,39	3.400,86	3.587,91	3.536,90	3.731,43	4.135,45	4.362,90	4.761,21	5.023,07
106,48	3.277,34	3.247,69	3.426,31	3.388,89	3.575,28	3.530,09	3.724,25	3.671,30	3.873,22	4.292,59	4.528,69	4.942,13	5.213,95
224,53	3.401,88	3.371,10	3.556,51	3.517,67	3.711,14	3.664,24	3.865,77	3.810,81	4.020,40	4.455,71	4.700,78	5.129,93	5.412,08
347,06	3.531,15	3.499,20	3.691,66	3.651,34	3.852,16	3.803,48	4.012,67	3.955,62	4.173,18	4.625,03	4.879,41	5.324,87	5.617,74
474,25	3.665,33	3.632,17	3.831,94	3.790,09	3.998,55	3.948,01	4.165,15	4.105,93	4.331,76	4.800,78	5.064,82	5.527,22	5.831,21
606,27	3.804,62	3.770,19	3.977,55	3.934,11	4.150,49	4.098,04	4.323,43	4.261,96	4.496,36	4.983,21	5.257,29	5.737,25	6.052,80
743,31	3.949,19	3.913,46	4.128,70	4.083,61	4.308,21	4.253,76	4.487,72	4.423,91	4.667,23	5.172,57	5.457,06	5.955,27	6.282,80
		4.062,17	4.285,59	4.238,79	4.471,92	4.415,40	4.658,25	4.592,02	4.844,58	5.369,13	5.664,43	6.181,57	6.521,55
		4.216,53	4.448,44	4.399,86	4.641,85	4.583,19	4.835,26	4.766,52	5.028,68	5.573,16	5.879,68	6.416,46	6.769,37
		4.376,76	4.617,48	4.567,06	4.818,24	4.757,35	5.019,00	4.947,64	5.219,76	5.784,94	6.103,11	6.660,29	7.026,61
		4.543,08	4.792,95	4.740,60	5.001,34	4.938,13	5.209,73	5.135,65	5.418,12	6.004,77	6.335,03	6.913,38	7.293,62
		4.715,72	4.975,08	4.920,75	5.191,39	5.125,78	5.407,70	5.330,81	5.624,00	6.232,95	6.575,76	7.176,09	7.570,78
		4.894,91	5.164,13	5.107,74	5.388,66	5.320,56	5.613,19	5.533,38	5.837,72	6.469,80	6.825,64	7.448,78	7.858,46
						5.522,74	5.826,49	5.743,65	6.059,55	6.715,65	7.085,01	7.731,84	8.157,09
						5.732,60	6.047,90	5.961,91	6.289,81	6.970,85	7.354,24	8.025,65	8.467,06
						5.950,44	6.277,72	6.188,46	6.528,83	7.235,74	7.633,70	8.330,62	8.788,80
						6.176,56	6.516,27	6.423,62	6.776,92	7.510,70	7.923,78	8.647,18	9.122,78
						6.411,27	6.763,89	6.667,72	7.034,44	7.796,10	8.224,89	8.975,78	9.469,44
						6.654,90	7.020,92	6.921,09	7.301,75	8.092,35	8.537,43	9.316,86	9.829,28
						6.907,78	7.287,71	7.184,09	7.579,22	8.399,86	8.861,86	9.670,90	10.202,80
						7.170,28	7.564,64	7.457,09	7.867,23	8.719,06	9.198,61	10.038,39	10.590,50
						7.442,75	7.852,10	7.740,46	8.166,18	9.050,38	9.548,15	10.419,85	10.992,94
						7.725,57	8.150,48	8.034,60	8.476,50	9.394,30	9.910,98	10.815,80	11.410,67
						8.019,15	8.460,20	8.339,91	8.798,61	9.751,28	10.287,60	11.226,80	11.844,28
						8.323,87	8.781,69	8.656,83	9.132,95	10.121,83	10.678,53	11.653,42	12.294,36
						8.640,18	9.115,39	8.985,79	9.480,01	10.506,46	11.084,31	12.096,25	12.761,55
						8.968,51	9.461,77	9.327,25	9.840,25	10.905,70	11.505,52	12.555,91	13.246,48

Dúvidas sobre

Guilherme Gonçalves



Assembleia Ato durante reunião do CONDIR no dia 6 de maio.

Por Coordenação Colegiada e Raissa Dantas

Durante o mês de julho o SINTET-UFU se engajou em buscar esclarecer todas as dúvidas referentes às 30 horas, desde o processo de aprovação, até os trâmites de implementação. Lançamos uma campanha nas redes sociais em que buscávamos dialogar com os servidores sobre a pauta e recebemos diversas contribuições de questionamentos, fossem por e-mail ou pela página de Facebook. Abaixo seguem as dúvidas listadas e suas respectivas respostas. Esperamos, assim, esclarecer ao máximo e sanar os questionamentos da categoria:

1) Quantos dias faltam para emitirem o parecer? Tem prazo para a Procuradoria Geral emitir o parecer?

O parecer está de posse da Procuradoria Geral (contato: 3239-4850), que se encontra em férias. Segundo o Reitor Elmiro Santos Resende, a Procuradora deve voltar das férias já na primeira semana de agosto, quando ele solicitará urgência no parecer. Não existe um prazo determinado para a Procuradoria emitir resposta.

2) A implantação tem que ser feita em toda unidade administrativa/acadêmica ou pode ser feita por algum setor dentro da Unidade?

Os requisitos para a implantação da jornada são: motivação (justificativa) para que o setor estenda o seu atendimento por, no mínimo, 12 horas ininterruptamente; não gerar a necessidade de contratação de novos servidores em virtude da flexibilização; presença de pelo menos um servidor em cada turno de trabalho de seis horas, ou seja, nessa lógica, o setor deve ter pelo menos dois servidores lotados.

Dessa forma, dentro da Unidade Acadêmica e/ou Administrativa, pode sim, um setor flexibilizar e outro não. Mas é interessante que toda a unidade seja flexibilizada, ou esteja disposta a ser flexibilizada, evitando riscos ao processo e conflitos internos. No final o que deve prevalecer é a melhoria dos serviços oferecidos e da qualidade de vida dos servidores envolvidos.

3) As 30 horas foram aprovadas para todos que comprovem as exigências

as 30 Horas



Guilherme Gonçalves

Debate Público sobre as 30 horas realizado no dia 4 de fevereiro.

do decreto e da resolução, independentemente do cargo?

A resolução regulamenta a flexibilização somente para os cargos que não possuem regulamento específico. Por exemplo, para o profissional de Jornalismo, que tem Legislação específica sobre a carga horária, não participa. Outras profissões ou cargos dentro da Universidade, cuja legislação específica já garanta uma carga horária menor do que 30 horas, não precisam de previsão na Resolução.

4) Qual o Decreto e Resolução para sabermos mais sobre as 30 horas?

A regulamentação da flexibilização é feita pelos Decretos 1590/95 e 4836/2003. A Resolução Interna da UFU ainda não foi publicada por estar em fase de colhimento de parecer da Procuradoria. Assim que aprovado o parecer, seguindo os trâmites necessários, disponibilizaremos em nosso site o parecer na íntegra.

5) Haverá possibilidade de implantação em setores que tenham apenas 1 servidor, ou seja, não haveria revezamento?

Uma das condições para a implantação da flexibilização é que o funcionamento do setor se dê por, no mínimo, 12 horas ininterruptas. Dessa forma, se não for possível o revezamento, a flexibilização fica prejudicada neste setor. Porém, a Resolução prevê que dentro de uma estrutura, o gestor pode promover modificações nos processos e estrutura de modo a criar condições para o revezamento.

6) Como se posicionam os candidatos a Reitor sobre esta questão?

Enviamos recentemente os questionamentos tirados em assembleia da categoria (realizada em 13 de julho) aos candidatos à Reitor, dentre eles consta o assunto das 30 horas. O prazo que demos para eles para que nos respondam ainda está vigente, portanto ainda não temos condições de responder esse tópico. Porém, a resolução foi construída de forma que, caso algum novo reitor se posicione contra ou queira retirar uma flexibilização já implantada, terá que remeter ao CONDIR

Guilherme Gonçalves



Assembleia Ato do lado de fora da sala de reuniões dos conselhos superiores no dia 12 de fevereiro.

novamente para que se promova o debate público. Como o atual reitor abriu mão de sua discricionariedade sobre o assunto e preferiu levar a pauta ao CONDIR, o(s) próximo(s) deverão fazer o mesmo, de acordo com os recursos previstos na Resolução aprovada.

7) Quem são os membros da Procuradoria?

A UFU hoje conta apenas com uma Procuradora, a Drª Bianca Duarte Teixeira Lobato. A Procuradoria funciona no prédio Reitoria.

8) Gostaria de saber como se dará a implantação das 30 horas em setores onde não foi feito o estudo inicial para a flexibilização de jornada?

De acordo com a Resolução os Setores e/ou Unidade Acadêmica e/ou Administrativa poderão solicitar o estudo por meio do preenchimento de formulários próprios que serão disponibilizados na página da PROGEP tão logo a Comissão Permanente de Jornada de Trabalho seja instituída pelo Reitor, em Portaria publicada para este fim. Portanto, assim que a Comissão começar a trabalhar, o setor pode baixar os formulários e seguir as orientações que estarão disponibilizadas.

9) Comissionado pode fazer 30 horas? Se o setor passar a fazer 12 horas, tem problema o chefe ficar apenas 8 horas?

A situação do Comissionado ou da chefia é específica. A legislação diz que o ocupante de cargo comissionado ou de confiança deve ter disponibilidade total ao serviço. Disponibilidade significa que a qualquer momento que o setor precise, o comissionado ou chefe, deve atendê-lo. Isso impede que ele flexibilize? Não, desde que esteja disponível sempre que o setor precisar. Ele pode fazer 8 horas mesmo flexibilizando? Sim. As atribuições do ocupante de cargo comissionado ou de confiança, pela própria natureza de sua posição, exigem uma dedicação diferente dos demais servidores, pela exigência de sua disponibilidade. Portanto, ele se encaixa em qualquer carga horária.

10) Todos os servidores que trabalham na Biblioteca e nos Hospitais farão 30 horas, mesmo setores que não fazem 12 horas por dia? Pois se todos desses lugares passarem para 30 horas, mesmo que o setor não trabalhe 12 horas, seria o mesmo que dizer que todos na Reitoria têm o mesmo direito, porque ela fica 12 horas aberta por dia.

Uma das condições para um



Guilherme Gonçalves

Coordenadores do SINTET-UFU e demais TAE's acompanharam reunião do CONDIR no dia 12 de fevereiro.

setor, Unidade Acadêmica e/ou Administrativa flexibilize é a de que o setor funcione por, no mínimo, 12 horas contínuas. Os setores que hoje fazem 8 horas apenas, podem, no entanto, se adequar para funcionar 12 horas contínuas, bastando, para isso, que justifiquem a mudança, motivando a necessidade ou os ganhos que essa mudança vai oferecer à sociedade.

Todos na Reitoria têm direito? É preciso entender para responder a essa pergunta, o que está se considerando como Reitoria. O Prédio identificado como 3P ou o Setor onde fica o Reitor? Porque Reitoria, no organograma da UFU, é o Setor e não o prédio. Dessa forma, na Reitoria (Setor) se trabalhar 12 horas contínuas, pode fazer. Porém no prédio temos vários setores (ou Pró-Reitorias), então, cada setor deste deve ser analisado separadamente.

11) Qual a composição da Comissão?

A comissão ainda não foi constituída, porém, na resolução está previsto que ela será paritária, composta por 9 membros, sendo 3 de cada seguimento da UFU, indicados pelo CONDIR.

12) Como será este processo?

O processo se dará da seguinte forma:

1 – O gestor da Unidade Acadêmica e/ou Administrativa (Setor), preencherá os formulários que serão disponibilizados no site da PROGEP e os remeterá à Comissão Permanente de Jornada de Trabalho (CJT);

2 – A Comissão fará o estudo da viabilidade com base nos relatórios recebidos e, se for preciso, vai promover visitas e reuniões *in loco*, e dará um parecer que:

- Sendo favorável: a Comissão remete ao Reitor para emissão da portaria e implantação da flexibilização;
- Não sendo favorável: a Comissão devolve ao solicitante para que decida se vai entrar com os recursos previstos (CONDIR);

Caso o gestor do Setor ou Unidade não tome a iniciativa, o conjunto de servidores do Setor poderá tomar as providências para a solicitação, desde que tenha a aprovação de 50% mais um, do número total de servidores do Setor ou Unidade. Seguindo, a partir daí, os mesmos trâmites previstos.

13) E as Fundações, terão o horário flexibilizado?

Os Decretos que orientaram as discussões se referem apenas aos servidores públicos efetivados no cargo. Infelizmente, neste momento, as Fundações, por terem outro regime de contrato de trabalho, ainda não são contemplados. Porém, a luta é para que no futuro todos sejam contemplados.

Reforma da Previdência: um dos maior

estelionato

substantivo masculino

jur fraude praticada em contratos ou convenções, que induz alguém a uma falsa concepção de algo com o intuito de obter vantagem ilícita para si ou para outros (p.ex., a venda de coisa alheia como própria, a hipoteca de bem já hipotecado, a emissão de cheque sem fundos); burla.

Origem

ETIM lat. *stellionātus,us* 'id.', de *stellĭo,ōnis* 'espécie de lagarto mosqueado', daí, p.metf., 'velhaco, trapaceiro, enganador'

Fonte: google.com

Nos últimos meses, observamos nas mídias o recorrente tema do *deficit* na previdência e a necessidade de uma reforma a fim de equilibrar as contas fiscais. Segundo o governo federal (tanto na gestão de Dilma quanto na de Temer), o principal problema das contas públicas seria um *deficit* previdenciário crônico. Resumidamente, isso quer dizer que se subtrairmos as despesas (o que é pago) das receitas (o que é arrecadado) o resultado será negativo. O objetivo deste artigo é desmistificar o mito do "*deficit* na previdência" com a finalidade de esclarecer o malabarismo para maquiar as contas públicas e suas motivações políticas.

Segundo a pesquisadora e professora de Economia da UFRJ, Denise Gentil Lobato, em sua tese de doutorado a Seguridade Social atual no Brasil nasce com a promulgação da Constituição de 1988, "momento em que foram introduzidas transformações históricas no sistema de proteção social de amplo conteúdo democrático". No artigo 194 da Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social é definida como "conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social", tem como pilares principais a previdência social, a assistência social e a saúde pública. Sua finalidade é amparar e assistir o cidadão e a sua família em situações como a velhice, a doença e o desemprego. No Brasil as receitas são provenientes de contribuições pagas pela sociedade, trabalhadores/as e empresas como por exemplo, a receita de contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) que incide sobre a folha de pagamento, o Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e a receita de concursos de prognósticos (todo e qualquer concurso de sorteio de números ou quaisquer outros símbolos, loterias e apostas de qualquer natureza no âmbito federal, estadual, do DF ou municipal).

Nas contas do governo federal, a previdência apresenta hoje um *deficit* atual de 85,8 bilhões de reais, entretanto, este resultado é decorrente de uma manipulação proposital, uma vez que o cálculo não segue o que se é estabelecido pela Constituição de 1988 para os cálculos com despesas e receitas. Ocorre que para se chegar aos números deficitários da previdência isola-se, para efeito de análise orçamentária, o resultado previdenciário do resto do orçamento da Seguridade

es estelionatos políticos e econômicos

Social, fazendo com que o resultado seja negativo. Vale mencionar que junto a essa manobra contábil (praticada desde os anos de 1990) ainda há o ocultamento do desvio de recursos da seguridade social para outros fins, como o pagamento de juros da dívida pública, este sim o grande responsável pelo desequilíbrio fiscal da União.

Diante o exposto provavelmente surja a dúvida: quais são os interesses por trás de tudo isso? Diríamos que são interesses de ordem política e econômica de setores que podem se beneficiar com a reforma da previdência proposta. Em primeiro lugar de empresas que querem um novo nicho lucrativo de mercado decorrente do desmonte e privatização da previdência pública. Em segundo lugar, da elite brasileira antagônica às conquistas dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 que ameaçam a sua acumulação de capitais. Por fim, dos credores (entre bancos, estrangeiros, fundos de investimentos e de pensão) de um mega esquema de corrupção institucionalizado que é o sistema da dívida pública.

O que está em jogo? Nosso futuro, de trabalhadores e trabalhadoras que poderão deparar-se com uma situação em que aposentar ou ter acesso a benefícios com um nível digno de proteção social será uma utopia praticamente inatingível. Mais uma vez a dignidade da vida humana está sendo colocada abaixo dos interesses do lucro e acumulação de poucos (entende-se, do capital). A classe trabalhadora brasileira não pode ser passiva nesse processo, serão necessários todos os esforços coletivos e unitários que busque a convergência nas diferenças, para que possamos barrar mais esse duro golpe em nossas vidas.

Ricardo Takayuki Tadokoro
Bacharel e Mestre em Ciências Sociais pela UFU. É assessor do SINTET-UFU.

OS SALDOS POSITIVOS OCULTADOS *

A Previdência é superavitária, mostram cálculos feitos com as receitas e despesas estabelecidas pela Constituição, (em milhões de reais)

RECEITAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receita previdenciária	140.493	163.355	182.008	211.968	245.892	278.173	308.557	337.553	364.396
CSLL	34.411	42.502	43.592	45.754	57.845	57.488	65.732	65.547	61.382
COFINS	102.463	120.094	116.759	140.023	159.891	181.555	201.527	194.549	201.673
PIS/PASEP	26.709	30.830	31.031	40.373	42.023	47.778	51.065	51.955	53.781
CPMF	36.483	3.058	2.497	3.148	3.414	3.765	0	0	5
Receitas de órgãos de seguridade	14.255	13.528	14.173	14.883	16.873	20.044	10.923	7.415	20.534
Contrapartida do Orç. Fiscal p/ EPU	1.766	2.048	2.015	2.136	2.256	1.774	1.273	1.391	2.226
RECEITA TOTAL DA SEGURIDADE	356.580	375.415	392.075	458.285	528.194	590.577	639.077	658.410	703.997

DESPESAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Benefícios Previdenciários	182.575	199.562	224.876	254.859	281.438	316.590	357.003	402.087	436.090
Benefícios LOAS e RMV	14.192	15.641	18.712	22.234	25.116	30.324	34.323	38.447	42.538
Bolsa-Família e outras transferências	8.756	10.605	11.877	13.493	16.767	20.530	23.997	26.156	26.921
EPU	1.766	2.048	2.015	2.136	2.256	1.774	1.273	1.439	2.226
FAT (Seguro-desemprego, abono etc)	17.957	21.416	27.742	29.755	34.738	40.491	46.561	51.833	48.686
Minist. da Saúde - MS	45.212	50.270	58.270	61.965	72.332	80.063	84.412	83.935	102.206
Minist. do Desenv. Social - MDS	2.278	2.600	2.746	3.425	4.033	5.669	6.719	3.986	5.389
Minist. da Previdência - MP	4.496	4.755	6.265	6.482	6.767	7.171	7.280	5.188	8.197
Outras ações da Seguridade	3.365	3.819	6.692	7.260	7.552	9.824	9.824	9.824	11.655
DESPESA TOTAL DA SEGURIDADE	280.596	310.716	359.195	401.609	450.999	512.436	571.392	622.895	683.908
RESULTADO DA SEGURIDADE	75.984	64.699	32.880	56.676	77.195	78.141	67.685	35.515	20.089

Elaboração: Denise L. Gentil. Fontes dos dados de receita: Ministério da Previdência, Boletins Estatísticos da Previdência Social, Ministério do Planejamento, SOF, "Resultado Primário da Seguridade Social", Ministério da Fazenda, Arrecadação, Análise Mensal da Receita. Fontes dos dados de despesa: Ministério da Previdência, Boletins Estatísticos da Previdência Social, SOF, Orçamento Federal, Informações Orçamentárias por Agregados Funcionais e Programáticos

Quais são os principais pontos propostos pela Reforma da Previdência?

Regras de transição
O governo quer que a regra de transição dure 15 anos para que os efeitos da reforma das contas da Previdência sejam mais rápidos. Quem for enquadrado na regra de transição (com 50 anos ou mais) poderá se aposentar dentro das regras atuais, mas pagará um pedágio de até 50% para requerer o benefício. Se faltarem dez anos para a aposentadoria, a pessoa deverá trabalhar mais cinco, ou seja 15 anos.

Idade mínima
No setor privado, os trabalhadores se aposentam com pouco mais de 50 anos, assim que completam o tempo de contribuição (35 anos, homens e 30 anos, mulheres). O governo quer fixar idade mínima de 65 anos, podendo chegar aos 70 para novas gerações. No funcionalismo, já há idade mínima (de 60 anos, homens e 55 anos, mulheres).

Diferença de regras entre homens e mulheres
As mulheres podem se aposentar antes dos homens. O governo pretende reduzir essa diferença de forma gradual. Com isso, elas deverão levar mais de 15 anos para se igualar aos homens.

Aposentadorias especiais
A ideia é acabar com a diferença de cinco anos a menos para professores de forma gradual. As regras também devem ficar mais rigorosas para quem exerce atividades de risco ou lida com agentes nocivos, que hoje pode pedir o benefício aos 15, 20 ou 25 anos de serviço. Já policiais militares e bombeiros, que não têm idade para se aposentar, não serão abrangidos pela reforma da Previdência. Caberá aos estados alterar as regras para essas categorias.

Pensão
A pensão por morte, que é integral, deve ser reduzida para 60%, mais 10% por dependente, para todos os segurados.

Trabalhadores rurais
Considerados segurados especiais, os trabalhadores das áreas rurais podem se aposentar por idade, bastando apenas comprovação da atividade no campo. O governo quer que esse segmento também passe a contribuir para o regime, ainda que em condições mais facilitadas. A idade também vai subir.

Benefícios assistenciais (BPC/Loas)
Idosos ou deficientes de baixa renda têm direito a um benefício assistencial mesmo sem nunca terem contribuído, o que é considerado injusto com os demais que contribuem. A ideia é subir a idade (hoje de 65 anos) para além dos demais e pagar um benefício um pouco mais proporcional.

Desvinculação do piso da Previdência do salário mínimo
O governo pretende desvincular o reajuste do salário mínimo do piso previdenciário, o que exerce forte impacto nas contas do INSS. Mas, o assunto é polêmico e ainda não há definição se proposta de mudança será enviada ao Congresso junto à reforma da Previdência.

Militares das forças armadas
O governo pretende mexer no regime de aposentadoria dos militares, a fim de que todos tenham as mesmas regras. Com a possibilidade de fixar idade mínima de 65 anos para pedir reserva, está sendo estudada uma alteração na carreira dos militares para compensar o tempo maior na ativa. Também está sendo avaliado o impacto fiscal da pensão das filhas de militares que recebem pensão se não se casarem.

Lançamento da Frente em Apoio ao Bairro Ellisson Prieto (Glória)

Maria Cristina Sagário



Entidades sindicais e movimentos sociais reunidos em defesa da luta por moradia.

Por Raissa Dantas

Na manhã dessa segunda-feira, 25 de julho de 2016, diversas entidades e movimentos estiveram presente na UFU para o lançamento do ato/coletiva de imprensa da Frente em Apoio ao Bairro Ellisson Prieto (Glória). Na abertura da atividade assistimos uma cobertura realizada pelos Jornalistas Livres com depoimentos dos moradores do Glória.

Em seguida houve a composição de mesa, com Mário Guimarães Júnior, representando o SINTET-UFU; Jorgetania Ferreira, representando a ADUFU; Frei Rodrigo, representando a Comissão Pastoral da Terra (CPT); Minéia, representando o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST); Abraão, representando a Central dos Movimentos Populares (CMP) e Leonardo Barbosa, representando a Comissão da UFU que acompanha o caso do Glória.

Após as falas de saudação inicial, os presentes colocaram em questão os objetivos da Frente, a defesa intransigente de uma saída pacífica para a situação da área e seus moradores, além da regularização da situação do bairro, que já se encontra em estágio avançado de negociação. É importante frisar que a Frente faz a denúncia sobre a injusta decisão do Ministério Público Federal sobre a ação de improbidade administrativa, que acusa o reitor Elmiro Santos e o vice-reitor Eduardo Guimarães, além do ex-reitor Alfredo Júlio, por seguirem justamente as orientações da via formal de negociação (saiba mais no manifesto: https://frenteelissonprieto.wordpress.com/manifesto/).

Nós do SINTET-UFU, juntamente aos camaradas da ADUFU, protocolaremos o documento *amicus curiae* junto ao desembargador responsável pela questão do Glória, manifestando nosso apoio e solidariedade aos moradores do Bairro Éllisson Prieto, para que se encontre uma saída socialmente justa e pacífica para todos.

Campanha de doação de sangue

Por Guilherme Gonçalves

No dia oito de julho, a Coordenação Colegiada do SINTET-UFU promoveu campanha de doação de sangue em prol da companheira Flávia Arantes de Souza que se encontra internada no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU) para tratamento de saúde. Flávia é funcionária da Fundação de Assistência, Estudo e Pesquisa de Uberlândia (FAEPU) e que já exerceu cargo de coordenadora do SINTET-UFU. Na ocasião, funcionários do sindicato e amigos da companheira fizeram suas doações, entre eles, Carlos Leandro A. Ferreira, Marlon Nascimento, Nilda Moreira e Wesley Gabriel da Silva (foto).

As doações ainda podem ser feitas no Hemocentro de Uberlândia em nome da companheira. O Hemocentro está localizado na Avenida Levino de Souza, 1845 – Bairro Umuarama. O telefone para contato é o (34) 3088-9200.

O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira das 7 horas às 11:30. As segundas e quartas também funciona das 15 horas às 17 horas. Todo último sábado do mês é aberto das 7 horas às 11:30.



Celeste Silva

A doação é rápida, todo o processo dura aproximadamente 45 minutos e não dói.

Durante todo o mês de junho o SINTET-UFU apoiou a iniciativa do #SaúdenasRedes pela campanha de doação de sangue denominada #JunhoVermelho. Os bancos de sangue de todo o Brasil, inclusive o de Uberlândia enfrentam baixa em seus estoques, principalmente em determinadas épocas do ano como o inverno. Por isso, o SINTET-UFU incentiva toda a população, em especial as técnicas e técnicos-administrativos em educação da UFU para fazerem doações de sangue, seja em Uberlândia, Patos de Minas, Ituiutaba ou Monte Carmelo.

Apesar do #JunhoVermelho já ter terminado, nunca é tarde para ajudar quem precisa. Essa iniciativa simples pode salvar a vida de muitas pessoas. Afinal, fazer o bem não tem época do ano.